



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA-GERAL
Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Bairro Graças - CEP 52010904 - Recife - PE

PROCESSO : 0000057-28.2022.6.17.8000
SEÇÃO DE GESTÃO DO NÚCLEO DA INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL/SENIC
INTERESSADO : COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA/COINF
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO/STIC
ASSUNTO : Análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico n.º 73/2022 e seus anexos, pelo Sistema de Registro de Preços/SRP, cujo objeto é a aquisição de firewall com software de análise de logs, conexão 2FA para VPN e suporte/garantia de 60 (sessenta) meses.

Parecer nº 879 / 2022 - TRE-PE/PRES/DG/ASSDG

Direito Administrativo. Licitação. Aquisição de firewall com software de análise de logs, conexão 2FA para VPN. Pregão Eletrônico. Compra Compartilhada. Órgãos Participantes. Sistema de Registro de Preços. Legalidade condicionada. Minuta do edital e anexos. Aprovação condicionada.

A Assessoria de Editais e Contratos/ASSEC, por meio do Despacho n.º 37604/2022/ASSEC (1969634, vol. II), encaminha os autos em epígrafe a esta Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral/ASSDG, para análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico n.º 73/2022 (1969624, vol. II) e seus anexos, pelo Sistema de Registro de Preços/SRP, cujo objeto é a aquisição de firewall com software de análise de logs, conexão 2FA para VPN e suporte/garantia de 60 (sessenta) meses.

A presente demanda foi solicitada pela Seção de Gestão do Núcleo da Infraestrutura Computacional/SENIC, da Coordenadoria de Infraestrutura/COINF, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação/STIC, por meio do Documento de Oficialização da Demanda/DOD (1714786, vol. I), instruído com os Estudos Preliminares (1779745, vol. I) e novo Termo de Referência/TR (1937430, vol. II).

A SERCO, no item 1 do mencionado TR, apresenta as motivações e objetivos da contratação:

1.1 Motivações da Contratação (Art. 18, § 3º, II, a)

Em 2021, foram adquiridos pelo TRE-PE firewalls para os cartórios, em licitação aberta a todas as marcas. Nessa licitação, houve a vitória do fabricante FORTINET e acabamos por adquirir 80 equipamentos FORTIGATE 40F para utilização nos cartórios, bem como o software FortiManager usado para gerência e coleta de logs com licenças para todos esses equipamentos adquiridos.

Após essa aquisição, verificamos a dificuldade em trabalhar com marcas diferentes de firewall em um mesmo ambiente, pois já possuíamos os firewalls de borda da marca SonicWall NSA 5600. Com a aquisição dos firewalls de cartório de outra marca, tivemos de dividir o nosso gerenciamento em ambiente não unificado. Além disso, tivemos que prospectar a aquisição de ferramentas e treinamentos específicos para cada uma das marcas. Por outro lado, ainda, a integração entre os equipamentos de diferentes fabricantes não é completa, impedindo o uso de recursos avançados próprios de cada fabricante. Empresas de pesquisa e consultoria em TIC, como a Gartner, indicam que a tendência para o futuro na área de segurança é a padronização das marcas trazendo ganhos em economia e eficiência (<https://www.gartner.com/en/newsroom/press-releases/2022-03-07-gartner-identifies-top-security-and-risk-management-trends-for-2022>).

Os seguintes fatores nos levaram a buscar a padronização de nossa rede para o fabricante FORTINET:

- a) Manutenção do investimento já realizado na compra de firewalls de cartórios eleitorais, softwares de gerência e treinamentos, pois tanto software como equipamentos ainda permanecem em garantia por mais dois anos, além de que nossa equipe se aperfeiçoou na solução da FORTINET ao longo de 2021;
- b) Nossos firewalls de borda da marca SonicWall NSA 5600 vêm apresentando gargalos e problemas de desempenho, por não estarem suportando a ativação de serviços de verificação (ANTISPAM, ANTIVÍRUS e IPS) no tráfego atual de nossa rede de comunicação de dados;
- c) Os registros de log que existem na ferramenta de relatório da marca SonicWall não atendem aos logs solicitados nos protocolos de prevenção de incidentes do CNJ e também impedem uma análise mais profunda de ocorrências dentro de nossa rede, visto que alguns registros básicos como, por exemplo, tempo de conexão em uma VPN, não são facilmente deduzidos na solução atual;
- d) Com relação ao objetivo estabelecido na ENSEC-PJ, a preservação, a monitoração e a resposta a incidentes de segurança exigem tecnologias que facilitem o gerenciamento de uma grande quantidade de informações históricas (logs);
- e) Integração das soluções e melhoria do nível de controle de segurança da informação no TRE-PE.

Além do investimento realizado em cursos, preparação de equipe e firewalls, reforçamos que manter soluções diferentes de firewall não é adequado, visto que há um maior gasto com ferramentas específicas de gerenciamento de cada marca, descentralização da gerência de equipamentos e ativos, bem como o não aproveitamento de funcionalidades específicas do fabricante. Avaliando o cenário proposto, a equipe de infraestrutura de rede do TRE-PE, formada pela Coordenadoria de Infraestrutura (COINF), pela Seção de Gerenciamento do Núcleo da Infraestrutura (SENIC) e pela Seção de Gerenciamento de Redes de Computadores (SERCO), decidiu, em conjunto, que a melhor opção técnica e estratégica seria pela padronização de equipamentos de firewall e switches no TRE de forma a integrar conhecimento, equipamentos, softwares e funcionalidades do fabricante, bem como aumentar o nível de segurança em nossa rede de dados.

Para possibilitar uma melhor atuação de nossa equipe, que é bem reduzida, os equipamentos a serem adquiridos precisam ser compatíveis com os protocolos das ferramentas disponíveis neste Tribunal, no caso, FortiManager para armazenamento, gerência e coleta de logs, cuja licença foi adquirida em dezembro/2021 (SEI 0015361-04.2021.6.17.8000), e mecanismos de gerenciamento centralizado existentes nos Firewalls Fortinet (FortiLink), também em uso no TRE-PE.

Outros Tribunais

Além dos fatos elencados, **fomos selecionados pelo TSE**, seguindo a Estratégia Nacional de Cibersegurança para o período de 2021 a 2024 da Justiça Eleitoral, **para que fizéssemos a aquisição em conjunto para outros Tribunais**, conforme ratificado no SEI 0009733-97.2022.6.17.8000. Tal estratégia tem como objetivo *"servir de direcionador para as diversas ações em segurança cibernética necessárias para o ganho de maturidade em capacidade de identificação, proteção, detecção, resposta e recuperação de incidentes de segurança relacionados com a presença das instituições referenciadas no ciberespaço"*.

A partir da aprovação da referida estratégia em 06 de agosto de 2021, o Grupo de Trabalho em Segurança da Informação, criado pelo TSE, elaborou os seguintes documentos contendo definições estruturantes com relação ao tema cibersegurança:

- A Arquitetura de Cibersegurança, que definiu um rol de soluções tecnológicas para atender à Estratégia de Cibersegurança da Justiça Eleitoral;
- A Estratégia Nacional de Capacitação em Cibersegurança, que definiu as necessidades de capacitação em cibersegurança para o público interno da Justiça Eleitoral, bem como propôs um roteiro de ações de sensibilização, conscientização e capacitação para seus magistrados, servidores e colaboradores.

Definidos os documentos direcionadores, o TSE organizou subgrupos para a realização das ações conjuntas necessárias à consecução dos objetivos definidos, em acordo com os servidores responsáveis pelo tema "cibersegurança" indicados por todos os TREs. Como resultado dessa organização, o TRE-PE, TRE-RO e TRE-AL foram selecionados, sob a coordenação do primeiro, como responsáveis pela aquisição em comento.

Este grupo de trabalho (TRE-PE, TRE-RO e TRE-AL) deverá instruir os artefatos necessários para viabilizar procedimento licitatório e consequente formalização de Ata de Registro de Preços, para que os demais tribunais eleitorais interessados possam adquirir a solução de firewall necessária.

Desde o final de março, já realizamos questionário via Google Forms (Formulário Automatizado RESPOSTA_TRE's (1889866)) para os membros do grupo de CiberSegurança do TSE e tivemos como respostas de TREs interessados na participação os TREs de Rondônia e Alagoas, que também fazem parte do time de contratação, e os TREs de São Paulo, Paraíba e Amazonas. Os responsáveis pelo preenchimento estão listados abaixo:

Rodrigo Barbosa - rodrigo.barbosa@tre-sp.jus.br

Leonardo Luiz dos Santos Pereira - leonardopereira@tre-al.jus.br

José Ferreira de Lima Júnior - jose.junior@tre-pe.jus.br

Pedro de Figueirêdo Lima Neto - pedro.lima@tre-pb.jus.br

Filipe Teixeira - filipe.teixeira@tre-ro.jus.br

Rubens Antonio Pinto Soares - coinf@tre-am.jus.br

Rafael Silveira da Silva - rafaelsilva@tre-sc.jus.br

No gráfico Google abaixo, há a indicação dos TREs que responderam o questionário enviado. O TRE-SC respondeu, mas manifestou que não iria querer participar da contratação. Os estudos foram realizados tomando por base inicialmente as necessidades destes Regionais.

[...]

A participação dos TREs no certame foi oficializada pelas respostas ao Ofício-Circular 198 (1893530), encaminhado pela Diretoria-Geral do TRE-PE para os outros TREs e TSE. Tais respostas estão presentes no SEI n.º 0016121-16.2022.6.17.8000, e confirmam ou não a participação dos Regionais em nosso processo.

[...]

1.2 Objetivos da Contratação (Art. 18, § 3º, II, b)

A solução deverá atender os seguintes requisitos iniciais:

1. Atender os novos requisitos da ENSEC-JUD, não atendidos com o firewall existente no TRE-PE, quais sejam:

*"5.4 Implantar ferramentas de gerência de configuração de sistemas que automaticamente imponham e reapliquem opções de configuração sobre os sistemas em intervalos regulares agendados;
6.3 Habilitar o log dos sistemas de forma a incluir informações detalhadas, tais como origem do evento, data, usuário, horário, endereços de origem, endereços de destino e outros elementos úteis;
6.6 Implantar Security Information and Event Management (SIEM) ou ferramenta analítica de logs para correlação e análise de logs;
6.7 Em uma base regular, revisar os logs para identificar anomalias ou eventos anormais;
6.8 Em uma base regular, ajustar as configurações do SIEM de forma a melhor identificar eventos que requeiram ações e diminuir o ruído proveniente de eventos não importantes."*

2. Atender a necessidade de modernização do parque de segurança de equipamentos dos TREs, diminuindo os riscos de possíveis ataques e melhorando a qualidade dos arquivos de registro (logs) das atividades realizadas na rede, facilitando a rastreabilidade e a identificação de incidentes;

3. Mitigar riscos de indisponibilidade dos sistemas com a adoção de equipamento mais atualizado;

4. Melhorar os relatórios gerados de segurança para futuras auditorias operacionais;

5. Melhorar rendimento e escala com a inclusão de novo equipamento com características de processamento e memória bem maiores que o atualmente utilizado, proporcionando uma maior durabilidade da solução na rede do TRE-PE;

6. Atender às solicitações contidas no plano de ação referente à Resolução CNJ n.º 362/2020, relativa ao protocolo de investigação para ilícitos cibernéticos, quanto à guarda de logs e registros.

Além disso a solução deverá possuir as seguintes características:

- Integração dos recursos de segurança de proteção contra ameaças em um único dispositivo de segurança de rede de alto desempenho;
- Possuir unidade de processamento de segurança (SPU);
- Permitir visibilidade total dos usuários, dispositivos, aplicativos em toda a superfície de ataque e aplicação consistente da política de segurança, independentemente da localização do ativo;
- Proteger contra vulnerabilidades exploráveis da rede com IPS;
- Bloquear automaticamente ameaças no tráfego descryptografado usando inspeção SSL, incluindo o mais recente padrão TLS 1.3 com cifras obrigatórias;
- Bloquear proativamente os ataques sofisticados recém-descobertos em tempo real com IA e serviços avançados de proteção contra ameaças;
- Possuir segmentação adaptada a qualquer topologia de rede;
- Oferecer defesa em segurança profunda, com inspeção e correção L7 de alto desempenho;
- Possuir interfaces de alta velocidade para permitir flexibilidade de implantação.
- Fornecer acesso seguro à web contra riscos internos e externos, mesmo para tráfego criptografado com alto desempenho;
- Bloquear e controlar o acesso à web com base em usuários ou grupos de usuários nos URLs e domínios;
- Bloquear solicitações de DNS contra domínios maliciosos;
- Fornecer proteção avançada em várias camadas contra ameaças de malware de dia zero entregues pela Web.

7. Atender a estratégia nacional de segurança elaborada pelo TSE para o período 2021-2024, que elegeu o TRE-PE como coordenador da aquisição de firewalls.

(negritos no original e acrescidos)

Descreve, no item 1.6 do TR, a relação entre a demanda prevista e a quantidade a ser contratada e, no item 1.7, registra a análise de mercado realizada. Já no item 1.8 do TR qualifica o objeto como de "*natureza comum no mercado*", bem como, acerca do parcelamento do objeto, registra no item 1.9 do TR:

O objeto será dividido em 4 lotes, em atendimento ao extraído de pesquisa realizada entre os TREs participantes e confirmados através de ofícios encaminhados pelos TRE's, presentes no SEI n.º 0016121-16.2022.6.17.8000. **A divisão em lotes obedeceu critérios de dimensionamento da solução baseada nas respostas levantadas junto aos setores técnicos dos TRE's** no Formulário Automatizado RESPOSTA_TRE's (1889866) encaminhado no início do dimensionamento da contratação e também nos ofícios respondidos. **Como as características dos equipamentos requeridos pelos TRE's eram muito diferentes, não foi possível agrupar as soluções em um único lote, pois causaria restrição à participação de fornecedores** que não possuem em sua linha de fabricação todos os modelos necessários para atendimento dos tipos de equipamentos indicados. Dessa forma, **tivemos que criar lotes específicos para cada volumetria de dados**, sendo realizada a divisão em 04 lotes conforme indicado abaixo:

LOTE 1: Lote destinado a equipamentos de menor porte que atenderão a TRE's que possuem uma vazão de internet pequena, próxima a 2,3 Gbps, e uma vazão de núcleo também pequena, próxima a 3,6 Gbps.

[...]

LOTE 2: Lote destinado a equipamentos de maior porte que atenderão ao TRE-SP que possui uma vazão de internet e de núcleo informada próxima a 30 Gbps, muito acima dos demais TRE's.

[...]

LOTE 3 - EXCLUSIVO (TRE-PE): Lote destinado a equipamentos com indicação de marca, exclusivo para o TRE-PE pelas razões expostas no item 1.1 deste documento.

[...]

LOTE 4: Lote destinado a equipamentos de porte médio que atenderão aos TRE's que possuem vazão de internet média de 9,1 Gbps, não sendo compatível com nenhum outro lote existente.

(negritos no original e incluídos)

Registra, também, no item 1.10 do TR (1937430, vol. II), no tópico '**Seleção do Fornecedor**', que "*A licitação deve ocorrer por meio de pregão eletrônico*", que é "*adequado que o pregão seja realizado como **Registro de Preços** para proporcionar aos diversos partícipes a possibilidade de adesão imediata ou futura*", com fundamento no inciso III, do art. 3.º, do Decreto n.º 7.892/2013, bem como que "*convém, pela estratégia nacional, manter a possibilidade de carona para órgãos da Justiça Eleitoral, visto se tratar de solução específica e peculiar para essa categoria de tribunais*". Indica, ainda, no referido tópico:

[...]

Também, da mesma forma, **indicamos a não aplicação do Decreto 7.174/2010, visto que não há como aplicar o devido decreto a todos os itens do lote. A adjudicação precisa ser realizada em lote pela interdependência entre os itens, visto que os serviços devem ser oferecidos pelo mesmo fornecedor dos materiais existentes no lote por conta do conhecimento necessário na solução. Já o não parcelamento do objeto em itens traria uma complexidade muito grande para o mercado em relação à solução a ser oferecida.**

No item 9 deste termo de referência, apresentamos os itens a serem licitados com o quantitativo máximo a ser indicado no registro de preços. **O quantitativo mínimo será sempre de 01 unidade para cada um dos itens, ficando a critério de cada partícipe a solicitação ou não dos itens durante a vigência da ata.**

Novamente, **indicamos que a importância de que cada um dos lotes tenha uma única solução atribuída é referendada pela Gartner, uma empresa que norteia o futuro das soluções de TIC no mundo.** Em documento publicado em 2022, a Gartner indicava como boas práticas a convergência em tecnologia de segurança com o objetivo de reduzir complexidade, simplificar a administração e aumentar a eficiência. A Gartner prevê que em 2024, 30% das empresas adotarão soluções de segurança de rede do mesmo fabricante visando aumentar a eficiência operacional e diminuir o custo total de aquisição (<https://www.gartner.com/en/newsroom/press-releases/2022-03-07-gartner-identifies-top-security-and-risk-management-trends-for-2022>).

(negritos acrescidos)

No item 1.11 do TR, acerca da vigência, aduz que:

1.11 Vigência

A prestação de serviço deverá possuir vigência de 60 (sessenta) meses com o fornecimento de suporte / garantia de hardware / atualização de softwares para todos os itens, com exceção dos itens 5, 6, 11, 12, 17, 18, 22 e 23, relativos a serviços de implantação e treinamento. Para esses itens, a vigência terá duração de 06 (seis) meses.

A vigência do contrato será a partir da publicação do seu extrato no diário oficial

A solicitação de vigência de 60 (sessenta) meses deve-se ao fato da solução ser de extrema complexidade para implantação e também para substituição. Além disso, **a solução é extremamente crítica pois envolve a segurança do perímetro da rede e também do núcleo da rede de dados de toda a justiça eleitoral.** Por fim, há uma curva de aprendizagem da equipe para uso das ferramentas adquiridas próxima a um ou dois anos, o que contribui para a adoção de um tempo de vigência maior que o convencional, sendo praxe de mercado a venda de equipamentos com este tempo de suporte e garantia.

(negritos incluídos)

No item 1.15 estima o custo total da licitação em **R\$ 68.450.165,54 (sessenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)** para a aquisição de todos os lotes, sendo: **R\$ 11.661.251,84** (onze milhões seiscentos e sessenta e um mil duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos) para ao **LOTE 1**; **R\$ 22.850.935,55** (vinte e dois milhões oitocentos e cinquenta mil novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para o **LOTE 2**; **R\$ 3.472.894,54** (três milhões quatrocentos e setenta e dois mil oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) para o **LOTE 3**; **R\$ 30.465.083,61** (trinta milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil e oitenta e três reais e sessenta e um centavos) para o **LOTE 4**.

No tocante ao TRE-PE, informa que, para 2022, a aquisição refere-se aos itens 13 e 17 do LOTE 3, totalizando **R\$ 2.753.950,18 (dois milhões, setecentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta reais e dezoito centavos)**, bem como que os demais itens do LOTE 3 do TRE-PE deverão ser adquiridos no ano de 2023.

No item 2.1.10, indica os requisitos de qualificação técnica exigidos e os justifica como segue:

A licitante vencedora deverá apresentar a seguinte documentação complementar para fins de qualificação técnico-operacional:

a) Declaração da licitante, informando ser representante do fabricante dos equipamentos e/ou software ofertados no lote ou empresa autorizada a comercializar seus produtos;

b) Atestado de capacidade técnica, emitido por entidade de direito público ou privado, certificando que a empresa já forneceu equipamentos e serviços do tipo solicitado no lote ou similar.

As licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos forem necessários para comprovar o item 'b'.

JUSTIFICATIVAS

A exigência referente ao item 'a' tem o intuito de evitar que a garantia do produto, geralmente atribuída ao fornecedor e não ao licitante, não seja válida no Brasil, caso o produto seja oriundo de importação, como é de praxe para estes tipos de equipamentos.

É importante lembrar que a maioria dos equipamentos importados, como os que compreendem o objeto do edital, têm sua garantia restrita ao território do país fabricante do produto.

Ademais, a referida declaração é de autoria da própria empresa licitante e não do fornecedor, não restringindo a competição já que não há dependência de indicação ou escolha por parte do fornecedor, sendo passível de verificação por meio de diligência, caso seja necessária, durante o pregão eletrônico.

Quanto ao item 'b', a exigência visa preservar a integridade do Centro de Processamento de Dados (CPD) dos TRE's e a continuidade de seus serviços, visto que o equipamento a ser adquirido é de uso crítico e pode, em caso de manuseio inadequado, causar paralisação de serviços em produção.

A Seção de Programação Orçamentária/SEPOR, da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade/SOF, por meio da Informação n.º 18887/2022 (1925120, vol. II), informa a classificação da despesa e, quanto à disponibilidade orçamentária, ressalva que deverá ser consultada acerca da disponibilidade orçamentária quando da efetiva contratação.

Sobre o tratamento diferenciado às Microempresas/MEs e Empresas de Pequeno Porte/EPPs, esta Assessoria Jurídica, mediante o Parecer n.º 744/2022 (1928214, vol. II), opinou "*pela não exclusividade do presente certame a Microempresas - MEs e Empresas de Pequeno Porte - EPP, bem como pela não reserva de cotas, com fulcro nos arts. 48, I, e 49, II, da Lei Complementar n.º 123/2006, e nos arts. 6.º, 8.º, e 10, I, do Decreto n.º 8.538/2015*".

A Presidência/PRES deste Tribunal, por meio de Despacho Desembargadores GABDG (1941194, vol. II), de 18/08/2022, determina a instauração do procedimento licitatório "*para a **aquisição nacional de firewall com software de análise de logs, conexão 2FA para VPN e suporte/garantia de 60 meses***", condicionada à disponibilidade orçamentária, bem como a publicação do respectivo edital, após os ajustes necessários, se for o caso, conforme análise e pronunciamento desta Assessoria Jurídica.

A Assessoria de Editais e Contratos/ASSEC, por meio do Despacho n.º 37604/2022 (1969634, vol. II), acosta a minuta do Edital do Pregão Eletrônico n.º 73/2022 (1969624, vol. II) e seus anexos, para análise desta Assessoria Jurídica, bem como da SENIC-COINF.

Por meio do Despacho n.º 37683/2022 (1970338, vol. II), a COINF, ao analisar a minuta do Edital n.º 73/2022 (1969624, vol. II), solicita as seguintes alterações:

Em resposta ao Despacho 37604 (1969634), solicitamos as seguintes alterações visando melhorar a descrição do objeto:

1) Na página 30 substituir o texto:

"26.Deve permitir o envio de logs para sistemas de monitoração externos utilizando o padrão syslog, bem como o envio de forma segura através do protocolo SSL/TLS;"

pelo texto abaixo:

"26.Deve permitir o envio de logs para sistemas de monitoração externos utilizando o padrão syslog, bem como o envio de forma segura através do protocolo SSL/TLS **ou outro protocolo que implemente segurança na transferência dos arquivos**"

2) Na página 33 substituir o texto:

"(*) A taxa de transferência (throughput) deve ser considerada com utilização de recursos necessários para reconhecimento e controle de aplicações, identificação de usuários, prevenção contra ameaças de vírus, spywares, IPS e logs ativos."

pelo texto abaixo:

"(*) A taxa de transferência (throughput) deve ser considerada com utilização de recursos necessários para **funções de firewall**, reconhecimento e controle de aplicações, ~~identificação de usuários~~, prevenção contra ameaças de vírus, spywares e IPS ~~e log~~ ativos."

3) Na página 38 substituir o texto:

"12. Gerar alertas automáticos via SNMP;"

pelo texto abaixo:

"12. **A solução deve** gerar alertas automáticos via SNMP;"

4) Na página 42 substituir o texto:

"4. A duração do curso será de no mínimo 5 dias em horário comercial;"

pelo texto abaixo:

"4. A duração do ~~curso~~ **treinamento total** será de **no mínimo 5 dias 20h/aula** em horário comercial;"

5) Na página 42 substituir o texto:

"5. Deve ser emitido um único certificado de conclusão cobrindo todo o curso para o participante;"

pelo texto abaixo:

"5. Deve(m) ser emitido(s) ~~um único~~ certificado(s) de conclusão cobrindo todo o curso para **cada** ~~e~~ participante;"

Informo que as alterações não modificam os objetos de contratação, apenas fornecem uma nova redação visando esclarecer pontos que venham a ser motivos de questionamentos futuros.

Opina-se.

Trata-se de análise jurídica da minuta do Edital do Pregão Eletrônico n.º 73/2022 (1969624, vol. II) e seus anexos, pelo Sistema de Registro de Preços/SRP, cujo objeto é a aquisição de firewall com software de análise de logs, conexão 2FA para VPN e suporte/garantia de 60 (sessenta) meses, para atender a demanda deste TRE/PE, bem como dos órgãos partícipes, os Tribunais Regionais Eleitorais/TREs de Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Goiás, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia e São Paulo, que serão responsáveis pelas suas respectivas contratações.

A aquisição de bens e serviços comuns por meio de Pregão está prevista no [art. 1.º da Lei n.º 10.520/2002](#), enquanto a exigência da realização, na forma eletrônica, está regulamentada no [Decreto n.º 10.024/2019](#), *in verbis*:

[Lei n.º 10.520/2002](#)

Art. 1.º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

[Decreto n.º 10.024/2019](#)

Art. 1.º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1.º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

[...]

Art. 3.º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

[...]

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

(Destaques não constam no original)

Com efeito, verifica-se que a utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica, coaduna-se com os comandos legais, uma vez que os objetos da licitação possuem características comuns e usuais encontradas no mercado, bem como padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos, consoante indicado pela unidade demandante.

De outro giro, a [Lei n.º 8.666/1993](#) preconiza que as compras deverão, sempre que possível, ser efetuadas através de Sistema de Registro de Preços/SRP, conforme disposto em seu art. 15, inciso II, *in verbis*:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

(Destaques não constam no original)

Por sua vez, o [Decreto n.º 7.892/2013](#), ao regulamentar o Sistema de Registro de Preços/SRP, previsto no referido [art. 15 da Lei n.º 8.666/1993](#), estabelece as hipóteses em que poderá ser adotado o referido sistema, em seu art. 3.º:

Art. 3.º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

(Destaques não constam no original)

Constata-se que o dispositivo supra, ao enumerar expressamente as hipóteses permissivas para a compra através do Sistema de Registro de Preços/SRP, reproduziu parcialmente as hipóteses existentes no art. 2.º, do Decreto n.º 3.391/2001, sobre as quais discorre o doutrinador Marçal Justen Filho¹, em particular quanto ao que versava o inciso II, sobre a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas:

Deve reputar-se que o dispositivo autoriza a adoção do sistema de registro de preços quando a necessidade estatal puder ser predeterminada em seus montantes globais, mas pressupuser execução fracionada da prestação. Mas tal não basta à utilização do registro de preços. Ademais do necessário fracionamento da prestação, impõe-se a imprevisibilidade dos quantitativos e dos prazos para execução de cada parcela.

Portanto, depreende-se do acima exposto que o caso em apreço se enquadra nas hipóteses previstas nos [incisos II e III, do art. 3.º do Decreto n.º 7.892/2013](#), acima transcrito, ou seja, que é mais conveniente para a Administração a aquisição de forma parcelada, bem como que se trata de compra compartilhada, ou seja, de uma aquisição de forma conjunta a nível nacional seguindo a estratégia de CiberSegurança montada pelo TSE.

A necessidade da contratação em análise foi justificada pelo setor demandante no Documento de Oficialização da Demanda/DOD (1714786, vol. I), nos Estudos Preliminares/EPs (1779745, vol. I) e no novo Termo de Referência/TR (1937430, vol. II), e foi acatada pela autoridade superior, a qual autorizou a instauração do certame, mediante o Despacho Desembargadores GABDG (1941194, vol. II), da Presidência/PRES.

Outrossim, a justificativa dos quantitativos demandados foi apresentada no item 1.6, do novo TR, e acatada pelas autoridades superiores competentes no âmbito deste TRE/PE.

Ademais, na qualidade de órgão gerenciador, observa-se que este TRE/PE realizou estimativas individuais e totais de consumo e tratativas junto aos órgãos participantes acerca da concordância com o objeto a ser licitado, conforme disposto no Decreto n.º 7.892/2013:

Art. 2.º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

[...]

III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; ([Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014](#))

[...]

Art. 5.º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

[...]

II - **consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo**, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2 ° e 3 ° do art. 6 ° deste Decreto; ([Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014](#)).

V - **confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico**;

VI - realizar o procedimento licitatório;

VII - gerenciar a ata de registro de preços;

VIII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

(negritos incluídos)

Assim, a participação no presente certame foi objeto de consulta aos tribunais eleitorais, por meio do Ofício Circular n.º 198/2022 (1893530, Processo SEI n.º 0016121-16.2022.6.17.8000), obtendo-se as manifestações de interesse de alguns deles, entendendo-se que a necessidade das demandas foi justificada e que as justificativas foram acatadas pelas respectivas autoridades competentes nos ditos tribunais. Ademais, na resposta, foram indicadas as necessidades específicas dos Tribunais Regionais Eleitorais/TREs de Alagoas (1904530), Amapá (1903805), Amazonas (1901089 e 1901296), Ceará (1902168), Goiás (1901046), Pará (1903835), Paraíba (1902030), Paraná (1902002), Rondônia (1896005) e São Paulo (1902130).

Observa-se, também, no item 1.10 do novo TR (1937430), a justificativa para que seja permitida a opção de carona (adesão de órgão não participante) à ARP a ser gerada, possibilitando a aceitação de órgãos exclusivamente da Justiça Eleitoral, por se tratar de solução específica e peculiar atrelada à estratégia nacional de segurança.

Em relação à **reunião dos itens em lote**, de início, cabe lembrar que o art. 3.º, § 1.º, I da Lei n.º 8.666/1993², dispõe que são vedadas medidas que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame. Por tal razão, a regra é o parcelamento da solução em itens avulsos (Acórdão TCU n.º 1.753/2008 - Plenário³ e Enunciado n.º 247, da Súmula do TCU⁴). Todavia, havendo perda de economia de escala com essa medida ou havendo justificativas técnicas para sua adoção, poderá ocorrer a reunião em lote(s) dos itens licitados.

No caso dos autos, observa-se que foi **justificada a divisão do objeto em itens reunidos em lotes, bem como o critério para o agrupamento dos itens**, conforme registra a SENIC no item 1.9 do novo TR (1937430, vol. II): "*A divisão em lotes obedeceu critérios de dimensionamento da solução baseada nas respostas levantadas junto aos setores técnicos dos TRE's no Formulário Automatizado RESPOSTA_TRE's (1889866) encaminhado no início do dimensionamento da contratação e também nos ofícios respondidos. Como as características dos equipamentos requeridos pelos TRE's eram*

muito diferentes, não foi possível agrupar as soluções em um único lote, pois causaria restrição à participação de fornecedores que não possuem em sua linha de fabricação todos os modelos necessários para atendimento dos tipos de equipamentos indicados. Dessa forma, tivemos que criar lotes específicos para cada volumetria de dados". Há indicação, portanto, de vantagens técnicas e econômicas da reunião dos itens em lotes, cujas justificativas foram aprovadas pelas autoridades competentes.

Verifica-se, também, que, para o Lote 3, houve a indicação de marca específica. Nesse ponto, é importante registrar o que dispõe o art. 15, § 7.º, I da Lei n.º 8.666/1993, adiante transcrito:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

[...]

§ 7.º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido **sem indicação de marca;**

(grifou-se)

O mesmo diploma, contudo, excepciona a proibição de indicação de marcas nas situações em que se faz presente justificção técnica, como adiante se vê no art. 7.º, § 5.º do Estatuto das Licitações:

Art. 7.º [...]

[...]

§ 5.º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, **salvo nos casos em que for tecnicamente justificável**, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

(grifos acrescidos)

O Tribunal de Contas da União/TCU tem entendimento consolidado no sentido de que deve ser admitida, em caráter excepcional, tal indicação quando presente a aludida justificção técnica e, também, quando a indicação representar, **pelos razões técnicas e/ou econômicas, uma vantagem para a Administração**. Nesse sentido, da lavra do TCU, o Acórdão n.º 2.376/2006, relatado pelo Ministro Marcos Vinícios Vilaça:

Esta Corte de Contas, em diversos julgados, tem se manifestado pela **possibilidade excepcional de indicação de marca em licitações, desde que fundadas em razões de ordem técnica ou econômica, devidamente justificadas pelo gestor**, hipóteses nas quais não há

ofensa ao princípio da isonomia, nem tampouco restrições ao caráter competitivo do certame (Decisão n. 664/2001 - Plenário; Acórdão n. 1.010/2005 - Plenário e Acórdão n. 1.685/2004 - 2ª Câmara). (TCU, Acórdão 1.122/2010, Primeira Câmara, Rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, DOU 12/03/2010).

Diante de reiteradas decisões nesse sentido, no ano de 2012, o entendimento jurisprudencial se cristalizou na edição do enunciado sumular n.º 270 daquela Corte Federal de Contas que, *in verbis*, permite a "*indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificção*".

Na espécie, a unidade dematante, a SENIC, apresenta razões de ordem técnica no novo TR (1937430, vol. II) que apontam a necessidade de padronização da rede deste TRE/PE para o fabricante FORTINET, com a uniformização de "*equipamentos de firewall e switches no TRE de forma a integrar conhecimento, equipamentos, softwares e funcionalidades do fabricante, bem como aumentar o nível de segurança em nossa rede de dados*", indicando, ainda, outros fatores já transcritos no relatório deste opinativo, restando justificada a indicação de marca em questão.

No tocante à exigência de **qualificação técnica**, prevista no art. 30 da Lei n.º 8.666/1993, necessário esclarecer que as referidas condições tem como objetivo resguardar a Administração de eventual contratação de empresa que não detenha condições técnicas de cumprir o objeto contratado, devendo ser justificada e proporcional ao objeto contratual, isto é, deve ser restrita aos limites indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, nos termos do dispõe o inciso XXI, do art. 37 da Constituição Federal. É nesse sentido a jurisprudência do TCU, conforme trecho do Acórdão n.º 1523/2015 - TCU - Plenário, transcrito a seguir:

As **exigências de qualificação técnica**, sejam elas de caráter **técnico-profissional** ou **técnico-operacional**, entretanto, não devem ser desarrazoadas a ponto de comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios realizados pela Administração Pública, mas constituir tão somente **garantia mínima suficiente** para que o futuro contratado demonstre, previamente, **capacidade** para cumprir as obrigações contratuais.

(Negritos acrescidos)

Na mesma linha de raciocínio, o TCU tem entendimento no sentido de que a referida exigência deve ser fundamentada no processo licitatório. Nesse sentido, transcreve-se o enunciado do Acórdão TCU - Plenário n.º 433/2018, *in verbis*:

Acórdão TCU - Plenário n.º 433/2018

Enunciado

Caracteriza restrição à competitividade da licitação a exigência, como critério de habilitação, de atestado de qualificação técnica comprovando experiência em tipologia específica de serviço, salvo se imprescindível à certeza da boa execução do objeto e **desde que devidamente fundamentada no processo licitatório**.

(negrito acrescido)

No caso concreto, o setor indica as exigências de qualificação técnica e apresenta as respectivas justificativas de ordem técnica no item 2.1.10, do novo TR, ressaltando, dentre outros aspectos, que *"a exigência visa preservar a integridade do Centro de Processamento de Dados (CPD) dos TRE's e a continuidade de seus serviços, visto que o equipamento a ser adquirido é de uso crítico e pode, em caso de manuseio inadequado, causar paralisação de serviços em produção"*.

Nesse contexto, as exigências previstas em Edital não se revelam desarrazoadas, conforme justificativas apresentadas, em cumprimento ao disposto no art. 37, XXI da Constituição da República⁵.

Em relação ao **prazo de vigência do contrato** decorrente da Ata de Registro de Preços, oportuno mencionar que a duração dos contratos administrativos, em regra, deve observar a vigência dos respectivos créditos orçamentários, de molde que esta só poderá ser superior a estes se o objeto se enquadrar dentre as hipóteses estipuladas nos incisos I, II, IV e V, do art. 57, da Lei n.º 8.666/93:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - **à prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

III - (VETADO)

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.

(negrito incluído)

No caso concreto, a unidade técnica indica a necessidade do prazo de vigência de 60 (sessenta) meses para o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, com exceção dos itens 5, 6, 11, 12, 17, 18, 22 e 23, apresentando como justificativas, no item 1.11 do TR transcrito no relatório, a existência de serviços de fornecimento de suporte, garantia de hardware e atualização de softwares, que **a solução é de extrema complexidade para**

implantação e substituição, bem como que "*a solução é extremamente crítica pois envolve a segurança do perímetro da rede e também do núcleo da rede de dados de toda a justiça eleitoral*" (negritos não constam do original).

Outrossim, no item 2.2 dos Estudos Preliminares/EPs (1779745, vol. I), o setor demandante dispõe acerca dos riscos da descontinuidade da prestação dos serviços de suporte atrelados à aquisição em questão, como segue:

2.2 Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II)

No caso de não fornecimento do material ou descontinuidade do suporte, haverá necessidade de nova aquisição com urgência, considerando a criticidade envolvida na contratação. O equipamento permanecerá em funcionamento, porém, sem atualizações o que demandaria ação emergencial para compra. Em relação à descontinuidade de um dos equipamentos, estamos prevendo a aquisição com redundância visando prover maior confiabilidade no seu funcionamento.

Em que pese o descrito no TR e nos EPs acerca da essencialidade da aquisição e da criticidade dos serviços vinculados, **não se vislumbra dos autos decisão administrativa** quanto ao enquadramento destes como "serviços contínuos", atraindo a possibilidade de prestação dos serviços por até 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei n.º 8.666/1993, pelo que **as justificativas apresentadas devem ser submetidas à decisão administrativa da autoridade competente**.

Por sua vez a Advocacia Geral da União (AGU), na Orientação Normativa n.º 38/2011, dispõe:

Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) **excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a administração;** e c) é juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originariamente.

Vale também registrar que, recentemente, com a edição da IN nº 05/2017 da Seges/MDG, aos órgãos e às entidades da Administração Pública federal sujeitos à observância dessa norma foi definida essa mesma disciplina para efeito de estipulação do prazo inicial de vigência de seus contratos de prestação de serviços de natureza continuada. Assim dispõe o Anexo IX, item 12, dessa Instrução Normativa:

12. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:

a) o **prazo de vigência originário**, de regra, é de 12 (doze) meses;

b) **excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração;** e

c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

(negritos incluídos)

Nesse contexto, **à vista das normas pertinentes e das justificativas explicitadas pela SENIC**, ao considerar que o **prazo de contratação inicial de 60 (sessenta) meses** tem caráter excepcional *a priori*, **entende-se que cabe decisão da autoridade administrativa competente quanto ao acolhimento ou não da referida medida.**

Quanto à minuta do Edital do Pregão Eletrônico/PE n.º 73/2022 (1969624, vol. II) e seus anexos, entende-se que devem ser promovidas as seguintes alterações:

a) no item 4.1.2 da minuta **excluir o texto '*compreendendo o período total da contratação*'**, considerando a desnecessidade do trecho e a possível dúvida a ser gerada pela expressão nos licitantes;

b) **alterar** os itens 11.2 e 11.3 da minuta do Edital, os quais prevêm que as comunicações serão efetuadas por meio do "*endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicafe*", para adequá-los ao texto constante no Parágrafo Quinto, da Cláusula Décima, do ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO, que indica que as comunicações "*poderão ser efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta*";

c) **excluir** na tabela do ANEXO II - MODELO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS - do título da última coluna o texto '**Máximo Admitido**' mantendo tão somente Preço Unitário, ao considerar que se trata do modelo que o licitante irá considerar para indicar o preço ofertado em sua proposta e/ou ajustado após a fase de lances;

d) na tabela do ANEXO II - MODELO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS **incluir** espaço para indicar o menor preço unitário do lote, que é o critério de julgamento do certame, conforme item 8.1 do edital;

e) **ajustar** o item 5.4, da Cláusula 5, do ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XX/2022, já que se trata de contratação a ser formalizada por meio de instrumento de contrato, substituindo "*aceitar a nota de empenho ou instrumento equivalente*" por "*assinar o termo de contrato*";

f) **alterar** o item 6.3, da Cláusula 6, do ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XX/2022, no mesmo sentido, uma vez que a formalização da avença será por meio de termo de contrato e não de nota de empenho;

g) excluir o item 6.1.4, da Cláusula 6, do ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XX/2022, e o inciso III, da Cláusula Oitava, do ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO, que tratam da obrigação-possibilidade do TRE/PE comunicar à beneficiária da Ata/Contratada *"as alterações que entender necessárias à realização do objeto da contratação, nos termos da proposta comercial"*, uma vez que as eventuais alterações no objeto da contratação devem observar as disposições legais pertinentes.

No mais, verifica-se que o referido instrumento se encontra em consonância com as disposições legais e que não há óbice legal às sugestões apresentadas pela Coordenadoria de Infraestrutura/COINF no Despacho n.º 37683/2022 (1970338, vol. II).

Por todo o exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela legalidade do Pregão Eletrônico n.º 73/2022 e seus anexos (1969624, vol. II), pelo Sistema de Registro de Preços/SRP, uma vez que se encontra em consonância com as disposições contidas na [Lei n.º 10.520/2002](#), na [Lei Complementar n.º 123/2006](#), nos Decretos n.ºs [3.555/2000](#), [7.892/2013](#), [8.538/2015](#) e [10.024/2019](#), e subsidiariamente na [Lei n.º 8.666/1993](#), **bem como pela aprovação**, nos termos do Parágrafo único, do art. 38, da Lei n.º 8.666/1993, da respectiva minuta (1969624, vol. II), **condicionada à decisão administrativa quanto à qualificação do serviço como contínuo e quanto à vigência inicial pelo prazo de 60 (sessenta) meses, bem como às alterações na minuta acima relacionadas.**

Por fim, registra-se a **desnecessidade de retorno** dos autos a esta Assessoria Jurídica, conforme o [Enunciado BPC n.º 5, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União/AGU](#)⁶, bem como por medida de eficiência administrativa.

Recife, 04 de outubro de 2022.

Bruno Wanderley Soutinho

Analista Judiciária

Ana Gabriela Ramos de Moura

Chefe de Seção

Atiane Modesto de Luna Monteiro

Assessora-Chefe da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral

1. FILHO, Marçal Justen – Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13. ed. São Paulo: Dialética, 2009. pg. 190.

2. § 1.º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

3. 9.1.5. oriente os órgãos/entidades integrantes do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais a: I – absterem-se de licitar serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica (alarmes, circuito fechado de TV, etc) em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico;”.

4. Súmula n.º 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

5. Art. 37 [...]

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

6. BPC. Enunciado n.º 5: Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, **não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas.**

Fonte: A atividade de exame e aprovação de minutas de editais e contratos pelos Órgãos jurídicos é prévia, consoante art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993. Dessa maneira, **não integra o fluxo consultivo a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas na manifestação jurídica.** Com efeito, é ônus do gestor a responsabilidade por eventual conduta que opte pelo não atendimento das orientações jurídicas.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO WANDERLEY SOUTINHO, Analista Judiciário(a)**, em 04/10/2022, às 15:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA GABRIELA RAMOS DE MOURA, Chefe de Seção**, em 04/10/2022, às 16:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ATIANE MODESTO DE LUNA MONTEIRO, Assessor(a) Chefe**, em 04/10/2022, às 16:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1978951** e o código CRC **6B0EF2FD**.

0000057-28.2022.6.17.8000

1978951v204